



QUEM MANDOU MATAR MARIELE?

1º DE MAIO

QUEREMOS

PÃO..... 

VACINA..... 

SAÚDE..... 

E EDUCAÇÃO 

#FORABOLSONARO
#FORAMOURAO

Em meio ao governo Bolsonaro,
indígenas resistem

Pág. 4 e 5

Profissionais de Saúde
sofrem com a falta de
segurança no trabalho

Pág. 6 e 7

Por um 1º de Maio de **luta e solidariedade de classe**

O mês de abril foi marcado pela luta histórica dos povos indígenas brasileiros que, no dia 19/4, relembram a resistência e o enfrentamento necessários frente à usurpação de suas terras, sua cultura, seus direitos, agora com a situação ainda mais grave com o descaso do governo federal no combate à pandemia e o avanço do garimpo, do agronegócio e do desmatamento.

Também neste mês, no Dia Mundial da Saúde, foi prioritário apontarmos as contradições presentes na realidade da crise sanitária que enfrentamos, pois, ao mesmo tempo em que a população brasileira necessita de um Sistema Único de Saúde forte, este sofre com os profundos cortes orçamentários que foram intensificados pela Emenda Constitucional 95 e se agudizaram na LOA deste ano.

O SUS cada dia mais demonstra o papel central da sua presença em todo território nacional salvando vidas no atendimento imediato às vítimas da Covid-19 e na efetivação do plano nacional de imunização. É urgente reforçarmos a defesa irrestrita do SUS e pela vacinação gratuita, pública para todas e todos frente ao interesse do

setor privado que atropela o Plano Nacional de Imunização e tenta adquirir vacinas à margem das políticas públicas, provocando ainda mais desigualdades em nosso país.

No início de abril (03/04) encerramos o 11º CONAD extraordinário, que aconteceu de forma virtual e em situação excepcional. Cumpriu a tarefa de realizar a avaliação da dura conjuntura que colocou como centralidade de nossa luta a necessidade de ampliarmos os esforços na construção da unidade para derrubarmos o governo de Bolsonaro-Mourão. Os professores e as professoras demonstraram a disposição da categoria em enfrentar as adversidades, se colocando em movimento com a classe trabalhadora contra o desmonte das políticas públicas por meio da Reforma Administrativa e de todos os ataques aos direitos. Na Educação, avançam as intervenções no Ensino Superior e um conjunto de ações que estrangulam a democracia e a garantia de conquistas para a educação pública. Mudanças estatutárias no âmbito das IES sem a participação da comunidade acadêmica e o PL 5595/20, que impõe o retorno presencial das escolas em todos os níveis, já aprovado na Câmara dos Deputados,

dão o tom de que precisaremos organizar ações mais contundentes.

Logo depois do CONAD, lamentavelmente, todo o sindicato foi surpreendido com a triste notícia do falecimento do nosso técnico de Informática, Marcos de Souza, jovem trabalhador vítima da Covid-19 e dessa política deliberadamente genocida em curso no país. Nos solidarizamos com seus familiares, com os(as) colegas trabalhadores e trabalhadoras do ANDES-SN e por todas e todos que estão tombando, reafirmamos nosso compromisso com uma vida de luta por outro projeto societário. Marcos PRESENTE.

Por fim, o 1º de Maio está chegando. O dia mundial de luta da classe trabalhadora, historicamente construído para reafirmarmos a solidariedade de classe e o internacionalismo proletário desde 1886. Cento e trinta e cinco anos depois, a classe trabalhadora segue em luta por melhores condições de trabalho e de vida. Conclamamos as seções sindicais, o (a)s professores e professoras para construir um 1º de MAIO de luta e solidariedade, reforçando os atos com caráter de classe, autonomia e independência. Queremos Pão, Vacina, Saúde e Educação. Fora Bolsonaro e Mourão.

VACINAÇÃO PARA TODAS E TODOS JÁ!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

11º Conad Extraordinário do ANDES-SN debate conjuntura e atualiza Plano de Lutas dos Setores



O 11º Conad Extraordinário do ANDES-SN aconteceu nos dias 27 de março e 3 de abril, em meio a um dos momentos mais difíceis enfrentados no país em decorrência da Covid-19. O encontro teve como tema central “Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN” e ocorreu em formato virtual devido à pandemia.

Na mesa de abertura do 11º Conad Extraordinário, os representantes do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas e da Fasubra, fizeram duras críticas ao governo federal no combate à Covid-19 e aos ataques frequentes à democracia, autonomia universitária e ao Sistema Único de Saúde (SUS). Foi ressaltada a importância de se construir a unidade e propor projetos que dialoguem com as categorias e a população.

A plenária no Tema I debateu a conjuntura política, econômica, social e sanitária no Brasil e no mundo. Para as e os docentes, a crise do Capital, agravada pela Covid-19, recai sobre a classe trabalhadora, enquanto bancos e empresários lucram com o cenário atual. a educação pública segue alvo do governo federal, com cortes orçamentários, intervenção na escolha de dirigentes e, ainda, perseguição política a docentes, dirigentes e militantes sindicais. Diante desse cenário, avaliaram ser necessária a mais ampla unidade de ação em defesa de

vacina gratuita para todas e todos, de um auxílio emergencial, de no mínimo R\$ 600, na luta contra a reforma Administrativa e os demais ataques contra os serviços públicos, servidoras e servidores, e pelo Fora Bolsonaro e Mourão.

Na plenária do Tema II, as e os participantes deliberaram que, enquanto não tiverem as condições sanitárias, se realizem Conads Extraordinários com intervalos de no máximo três meses, enquanto durar a pandemia. E, tão logo seja possível o Conad deve deliberar sobre a realização do 40º Congresso do Sindicato Nacional. As reuniões conjuntas dos Setores das Instituições Federais de Ensino (Ifes) e das Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes) continuam em formato virtual, precedidas preferencialmente por assembleias de base que pautem e deliberem sobre as temáticas da reunião.

As e os docentes atualizaram o Plano de Lutas dos Setores das Ifes e Iees/Imes do ANDES-SN na plenária do Tema III e indicaram a realização da Semana de Lutas dos Setores, entre os dias 17 a 21 de maio de 2021. Foi reafirmada ainda a necessidade de ampliar a unidade do Sindicato Nacional com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de luta pelos Direitos e Liberdades Democráticas, a CSP-Conlutas e as demais frentes da classe trabalhadora. Na ocasião, as e os

delegados aprovaram um “Dia Nacional de luta contra a Reforma Administrativa, pela revogação da EC 109 e contra o desmonte do serviço público” e outras ações contra a Proposta de Emenda Constitucional 32.

“O Conad foi fruto do esforço incansável das e dos diretores do ANDES-SN e das seções sindicais e as propostas aprovadas são fundamentais para nortear as ações para o próximo período, nesse difícil momento de distanciamento social e agravamento da pandemia em todo país”, avaliou Sambara Ribeiro, 1ª vice-presidenta da Regional Nordeste I do ANDES-SN, e uma das responsáveis pela coordenação da plenária do Tema III.

Devido ao formato do encontro, algumas discussões foram remetidas para próximas reuniões conjuntas dos Setores das Ifes e Iees/Imes do ANDES-SN.

MOÇÕES

As e os docentes aprovaram oito moções durante o 11º Conad Extraordinário em repúdio as celebrações do dia 31 de março - data oficial do golpe empresarial-militar no país -, às ações de cerceamento de liberdade, às perseguições políticas do governo Bolsonaro a dirigentes sindicais e, ainda, moções de apoio a estudantes perseguidos em universidades, e em defesa da instauração de uma CPI da Covid-19, entre outras.

Confira a cobertura completa do 11º Conad Extraordinário e todas as deliberações no site do ANDES-SN





Foto: Shutterstock

ABRIL DE 2021: POVOS INDÍGENAS RESISTEM

Demarcação de terras, pandemia e violência são ameaças aos povos indígenas

Embora garantido na Constituição Federal de 1988, o direito à autonomia dos povos indígenas sobre seus territórios está ameaçado por diversos projetos de lei que, com o apoio de fazendeiros, mineradoras e do próprio governo federal, ganharam força na Câmara dos Deputados nos últimos anos. Um deles, em especial, transfere ao Congresso Nacional o poder de decisão sobre demarcação, revisão de áreas já demarcadas e proibição da ampliação das reservas já existentes, atualmente atribuições da União.

O deputado Arthur Maia (DEM-BA), relator do PL 490/2007, que altera o Estatuto do Índio e tira da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério da Justiça a prerrogativa de decidir sobre essas áreas, integra a chamada “bancada ruralista” e é defensor da proposta. Já o deputado Nelson Barbudo (PSL-MT) apresentou dois projetos com a finalidade de alterar o Estatuto do Índio e beneficiar invasores através da “realocação de não-índios ocupantes de terras

tradicionalmente ocupadas por índios”, buscando garantir indenização e títulos definitivos para os fazendeiros, na hipótese de conseguir obter a reversão das demarcações indígenas.

Para o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Eduardo de Oliveira, a postura agressiva dos ruralistas não é de agora e não surpreende. Segundo ele, o novo e perigoso elemento é um governo federal disposto a articular não apenas indivíduos, mas também setores - do agronegócio, mineração, sistema elétrico -, todos contra com a demarcação e a regularização desses territórios no país.

“Os territórios indígenas do Brasil sempre foram alvo de ataques por parte de fazendeiros, grileiros, invasores, enfim de pessoas que não concordam com a demarcação desses territórios e têm uma visão totalmente preconceituosa sobre a vivência dos povos indígenas. Vivemos uma situação em que o atual governo também se coloca como inimigo da existência desses territórios”, pondera Oliveira.

O secretário salienta que o governo federal tem articulado ações com o legislativo e que, além do PL 490, há outros que também são nocivos, como o que acusa os povos indígenas da prática de infanticídio e o PL 191, proposto pelo atual governo em fevereiro de 2020, que concebe a regularização da mineração nos territórios indígenas.

“Não bastasse deixar de adotar medidas para barrar o avanço do vírus junto aos territórios, a Funai tem implementado Resoluções e Instruções Normativas que afrontam o Estado Democrático de Direito”, afirma o secretário executivo do Cimi.

Oliveira afirma que “o intuito é beneficiar a garimpagem e as empresas mineradoras, e enfraquecer e depredar totalmente os territórios indígenas no Brasil”. Ele denuncia, ainda, publicação da instrução normativa 09, que também possibilita a certificação de imóveis dentro dos territórios indígenas ainda não regularizados; da resolução 04, que estabelece uma nova forma de heteroidentificação de indígenas no Brasil; e da instrução normativa 01, conjunta

com o Ibama, que possibilita a certificação ambiental de empreendimentos econômicos financeiros e exploração dos territórios indígenas.

Passar a boiada

A pandemia de covid-19, somada ao crescente desmatamento e ao avanço do garimpo, representa uma ameaça aos povos indígenas. De acordo com dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), há 52.494 casos confirmados da doença, 163 povos afetados e 1.039 indígenas mortos pela Covid-19.

Para chegar a esses números, o Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena e as Organizações indígenas de base da Apib utilizaram os dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e do Ministério Público Federal. Infelizmente, os dados oficiais não refletem a realidade da pandemia nas populações indígenas, pois a Sesai contabiliza apenas os casos diagnosticados em terras indígenas homologadas.

A gestão da pandemia pelo governo federal, denunciada por muitos com a palavra "genocídio", que significa o extermínio proposital que aniquila, mata uma comunidade, um grupo étnico ou religioso, uma cultura ou civilização, está sendo examinada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). A entidade avalia a responsabilização do governo Bolsonaro pela falta de resposta eficaz à crise sanitária.

"Essa segunda onda do coronavírus vai atingir diretamente os povos indígenas porque o governo não fez o que deveria ter feito, nem mesmo a partir de decisão do STF, ou seja, organizar barreiras de proteção, barreiras de contenção, tirar os invasores dos territórios indígenas e proteger esses territórios", alerta o secretário-executivo do Cimi, Antonio Oliveira.

Cultura e ecologia integral

O cacique brasileiro **Raoni Metuktire**, 91, realizou no dia 16 de abril um evento virtual para pedir ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que ignore o presidente do Brasil, pois segundo ele, o "presidente mente sobre o meio ambiente". No vídeo, o líder indígena lembra que sempre conversou com governantes e que "só esse presidente

é contra mim. Se esse mau presidente lhe disser algo, ignore-o e diga: Raoni já falou comigo".

O cacique foi enfático ao afirmar que Bolsonaro "está querendo liberar o desmatamento em nossa selva, incentivando invasões em nossas terras, a mineração e a extração de madeira".

Em suas falas, o presidente Jair Bolsonaro não nega as alegações do cacique, e ainda acrescenta uma série de insultos e desrespeitos, que refletem a política de seu governo. Frases como: "com toda a certeza, o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós"; "índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura. São povos nativos. Como eles conseguem ter 13% do território nacional?"; "não tem terra indígena onde não tem minerais. Ouro, estanho e magnésio estão nessas terras, especialmente na Amazônia, a área mais rica do mundo. Não entro nessa balela de defender terra pra índio"; "pode ter certeza que se eu chegar lá (na Presidência da República) não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro

demarcado para reserva indígena ou para quilombola"; "em 2019 vamos desmarcar [a reserva indígena] Raposa Serra do Sol. Vamos dar fuzil e armas a todos os fazendeiros" expressam a visão do presidente e seu governo em relação à população indígena.

Em janeiro, o cacique Raoni divulgou um pedido feito ao Tribunal Penal Internacional de Haia para investigar Bolsonaro por 'crimes contra a humanidade', por perseguir indígenas, destruir seu habitat e ignorar seus direitos.

Terra sagrada

Antônio Eduardo de Oliveira, secretário executivo do CIMI, destaca que, para os povos indígenas, os territórios "são considerados lugares sagrados e chão cultural habitado por suas tradições, referência básica dos seus valores vitais". Portanto, têm um valor imenso para o povo originário brasileiro.

"Esses espaços de vida em abundância têm, também, imensa relevância na ecologia integral, onde o homem vive em consonância com meio ambiente. Portanto, são territórios que contribuem para a vida do planeta", finaliza.



28 de abril é o Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho

Profissionais da Saúde têm sofrido com a falta de segurança no trabalho e com o perigo constante de contágio da Covid-19



Foto: Shutterstock

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) instituiu o 28 de abril como o Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho, em memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. No Brasil, a Lei 11.121/2005 determinou a mesma data como o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

Há mais de um ano, diversos trabalhadores, em especial, as e os profissionais que estão na linha de frente no combate à Covid-19, sofrem com a falta de segurança no trabalho e o perigo de contágio pelo novo coronavírus e suas possíveis complicações, além da preocupação em transmitir o vírus para pessoas próximas. Médicos, médicas, enfermeiros, enfermeiras, técnicos, técnicas e auxiliares de enfermagem têm colocado as suas vidas em risco para salvar as pessoas contaminadas pela Covid-19.

Entretanto, a falta de equipamentos de segurança adequados, de mão de obra em quantidade suficiente, as longas jornadas, somadas à omissão de centenas de governos pelo mundo frente à gravidade da doença, têm resultado em grandes quantitativos de vidas ceifadas. A estimativa é que ocorra uma morte a cada 30 minutos das e dos profissionais da Saúde, segundo a Anistia Internacional.

No Brasil, os números também são alarmantes. Dados dos conselhos federais de Enfermagem (Cofen) e de Medicina (CFM) apontam que ocorre uma morte a cada sete horas das e dos profissionais da Saúde que estão na linha de frente de combate à pandemia. Em muitos hospitais do Brasil, as e os profissionais vivem uma realidade de jornadas exaustivas e sem os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados. Para agravar o cenário, o país enfrenta o seu pior momento desde o início da pandemia, com hospitais públicos e privados registrando altas

taxas de ocupação de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e com recordes sucessivos de mortes pela doença registradas em 24 horas.

“As e os trabalhadores da linha de frente têm sofrido muito e estão expostas e expostos cotidianamente ao contágio, longe de suas famílias, com escassez de material, sobrecarga de trabalho, enfim. As equipes de saúde do SUS [Sistema Único de Saúde] têm sido incansáveis, têm se superado em prol da comunidade, têm morrido ao atuar na linha de frente da pandemia, têm aberto mão de estar com os seus para ajudar a salvar vidas, enquanto o governo desdenha, debocha, tripudia, dificulta, ameaça. Não fosse a estrutura pública, via SUS, a situação seria mais grave”, avalia Celeste Pereira, presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (Adufpel – Seção Sindical do ANDES-SN), enfermeira de formação e que tem atuado na linha de frente da vacinação em Pelotas (RS), como voluntária.

TRABALHO

Exaustos

Os relatos das e dos profissionais da área da Saúde que estão na linha de frente contra o coronavírus são preocupantes. De acordo com a pesquisa “Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19”, realizada pela Fiocruz em todo o território nacional com 25 mil profissionais da área, a pandemia alterou de modo significativo a vida das trabalhadoras e trabalhadores da área. Quase 50% admitiram excesso de trabalho ao longo desta crise mundial de saúde, com jornadas para além das 40h semanais. Os dados indicam que 43,2% das e dos profissionais de Saúde não se sentem protegidos no trabalho e o principal motivo, para 23% delas e deles, está relacionado à falta, à escassez e à inadequação do uso de EPIs, sendo que 64% revelaram improvisar equipamentos. Cerca de 25% das e dos profissionais foram infectadas pela Covid-19.

O estudo da Fiocruz também traz um alerta sobre a saúde mental das trabalhadoras e trabalhadores: 14% dos que atuam na assistência aos pacientes infectados está no limite da exaustão.

As alterações mais comuns em seu cotidiano, citadas pelas e pelos profissionais, foram perturbação do sono (15,8%), irritabilidade/ choro frequente/distúrbios em geral (13,6%), incapacidade de relaxar/ estresse (11,7%), dificuldade de concentração ou pensamento lento (9,2%), perda de satisfação na carreira ou na vida/tristeza/apatia (9,1%), sensação negativa do futuro/pensamento negativo, suicida (8,3%) e alteração no apetite/alteração do peso (8,1%).



Foto: SHUTTERSTOCK

Lucro acima da vida

Além dos trabalhadores da área da Saúde, outras categorias consideradas essenciais nesse momento - abastecimento, transporte, limpeza e informação -, também estão expostas ao contágio da Covid-19. Muitos trabalhadores e trabalhadoras têm atuado sem as condições apropriadas de segurança: máscara, testagem, local de trabalho arejado e com distanciamento adequado. Mesmo em plena pandemia, empregadores têm demitido e praticado assédio moral para garantir a produtividade.

Em um ano de pandemia, o Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 40,2 mil denúncias relacionadas à Covid-19. O levantamento, divulgado em março deste ano, apontou que foram ajuizadas 468 ações civis públicas, firmados 443 termos de ajuste de conduta (TACs) e promovidas 563 mediações. Também foram expedidas mais de 14 mil recomendações às autoridades do poder público e empregadores, e instaurados 11,4 mil inquéritos civis relacionados à pandemia. Frigoríficos, hospitais, mineração, aplicativos, telemarketing, entre outros, foram os setores com maior número de denúncias.

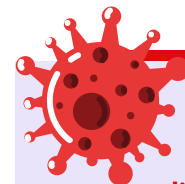
De acordo com Celeste Pereira, trabalhadores e trabalhadoras têm arriscado as suas vidas para movimentar a economia e, conseqüentemente, garantir os lucros exorbitantes de empresários e

banqueiros em meio à pandemia da Covid-19. “Para o Capital, trabalhadoras e trabalhadores são números e podem ser substituídos. Assim, o capitalismo e, aqui na forma neoliberal, usurpa o povo, buscando tirar-lhe até a última gota de seu suor. As ações perniciosas propostas na reforma Administrativa têm o objetivo de avançar na implantação do ‘Estado mínimo neoliberal’, pautado num discurso de dar aos governos federal, estaduais e municipais condições financeiras de responder à crise, mantida a ‘responsabilidade fiscal’, praticamente retirando a oferta direta de serviços públicos à população, o que só beneficia o setor financeiro”, afirma.

A sede pelo lucro diante do sofrimento da população é percebida, segundo ela, no aumento do valor desproporcional de insumos e medicamentos usados no tratamento da Covid-19 em UTIs. “Antes da pandemia, o custo de uma ampola de sedativo para entubação era em torno de R\$ 2. Em março do ano passado, o valor da mesma ampola passou para R\$ 19 e, agora, R\$ 220 reais por ampola”, conta.

Por fim, a docente ressalta que os ataques aos serviços, servidoras e servidores e públicos e o avanço da agenda neoliberal, que favorece grandes empresários e banqueiros, afeta principalmente a população que mais depende dos serviços públicos.

“Não há alternativa, senão as lutas populares e sindicais na defesa radical da vida, de forma unificada, com o conjunto da classe trabalhadora. É preciso lutar contra os cortes orçamentários em educação, ciências e tecnologia, e em defesa da quebra de patentes, particularmente neste período da pandemia; contra o processo de privatização em curso, com a entrega do patrimônio público a grupos de interesses particulares, contra a reforma Administrativa; e lutar pela vacinação universal, pelo SUS e em defesa da vida. Vamos redesenhar nosso horizonte: mais fraternidade, menos ganância. A vida vale mais que o lucro!”, conclama.



Cerca de 25% das e dos profissionais de saúde que estão na linha de frente foram infectadas pela Covid-19.

14% das e dos profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à pandemia afirmam estar no limite da exaustão





Frente Nacional em Contra a Privatização da Saúde **apresenta medidas emergenciais para a pandemia**

O 7 de abril marcou o Dia Mundial da Saúde. A data coincide com a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1948. Para marcar o dia e chamar a atenção para medidas emergenciais que podem ajudar o país a aliviar um pouco a crise sanitária, social e econômica aprofundada pela pandemia de Covid-19, a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, composta por diversas entidades e movimentos, realizou atos pelo Brasil. Estão previstas ainda diversas atividades durante o mês de maio.

A FNCPS lançou também um manifesto no qual denuncia que “o Brasil, país que tem o Sistema Único de Saúde (SUS) como referência para o mundo, hoje é o epicentro mundial da pandemia de Covid-19”. O documento aponta quatro medidas emergenciais para combater a pandemia: acelerar a vacinação, pelo SUS e para todas as pessoas; estabelecer um lockdown coordenado nacionalmente, com auxílio emergencial efetivo; ampliar o financiamento do Sistema Único de Saúde

(SUS); e dar andamento, na Câmara dos Deputados, aos pedidos de impeachment contra o Presidente da República. “É necessário parar suas ações e apurar, com rapidez, seus crimes contra a população brasileira”, afirma o manifesto.

Para refletir sobre essas propostas e a condição da saúde pública no país, o InformANDES conversou, no dia 06 de abril, com a professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e integrante da FNCPS, Maria Inês Bravo. Confira.

InformANDES: Qual a importância de marcar o 7 de abril - dia mundial da saúde - diante da atual conjuntura?

Maria Inês: Nesse momento é fundamental que a gente organize, mobilize, sensibilize os movimentos sociais, população em geral e a classe trabalhadora para a situação que estamos vivendo. É aproveitar todos os momentos para que a gente possa mobilizar para as lutas, não só nesse dia 7, mas todo o mês de abril e emendando com o mês

de maio, que temos o 1º de maio - dia do trabalhador, para que a gente consiga efetivamente sensibilizar a população. Acho que essa é uma tarefa fundamental nossa neste momento.

InformANDES: O Manifesto da Frente Contra a Privatização da Saúde aponta algumas saídas para o momento que vivemos. Você pode comentar essas propostas.

Maria Inês: As saídas são emergenciais. A gente tem apontado durante muito tempo quais são as saídas mais gerais. Claro que o SUS está sofrendo um processo de degeneração há algum tempo. Eu costumo dizer que há dois projetos em disputa e a privatização da saúde ampliou-se muito a partir dos anos 90. E, conseqüentemente, a gente não conseguiu fortalecer a perspectiva do SUS público, do SUS estatal que é o que a gente defende. Mesmo nos governos do PT, a gente não conseguiu. Houve o que eu tenho chamado de reforma sanitária flexibilizada. Ou seja, o

projeto da reforma sanitária foi defendido, mas com a flexibilização, com defesa de algumas privatizações, com a perspectiva do que a gente tem chamado de SUS possível. E, conseqüentemente, a gente tem colocado medidas importantes.

O subfinanciamento é crônico no SUS. E hoje temos um desfinanciamento. A partir de 2016, o que acontece é um acirramento dessa crise, um acirramento dessa privatização, um desgaste e um desmonte dos projetos, dos programas. Há todo um ataque à atenção primária de saúde e à saúde mental, com a privatização e a capitalização. Eu tenho até chamado de o SUS voltado para o mercado ou o SUS completamente subordinado ao mercado. E, nessa pandemia, o que a gente tem defendido são medidas emergenciais mesmo! Uma delas é a vacina para todas e todos e já é administrada exclusivamente pelo SUS, contra toda a forma de privatização da vacina.

Uma defesa inicial para a gente conseguir enfrentar essa pandemia, uma resposta mais efetiva é a vacinação.

A segunda é, dada a situação de avanço da pandemia no país, um lockdown de 21 a 30 dias, com ação coordenada, porque não adianta um lockdown se você não tiver um suporte financeiro emergencial para população, no mínimo de 600 reais até o fim da pandemia. Pois o que se conseguiu foi cerca de 250 reais por somente três meses. É um absurdo.

Uma terceira proposta também emergencial é um maior financiamento do sistema público de saúde. O que a gente perdeu com a Emenda Constitucional 95 foi algo em torno de 24 bilhões de reais. E, conseqüentemente, para o orçamento desse ano a gente tem também uma perda de 40 bilhões de reais. Um absurdo esse desfinanciamento em relação à Saúde pública.

Outra questão é que se analisem, se coloquem em pauta, os pedidos de *impeachment* contra o presidente, porque a gente avalia que esse governo é responsável pelo que está acontecendo.

Então, basicamente, essas são medidas emergenciais. Falamos isso com muita firmeza, pois há outras medidas que também necessárias, nesse processo todo, para a gente realmente conquistar o SUS que queremos e não o SUS que está colocado.

InformANDES: O processo de desmonte do SUS ficou muito evidente na pandemia. Você acredita que isso também abre espaço para conscientizar e conquistar a população para a luta em defesa da saúde pública e do SUS?



Quando defendemos na nota essas medidas emergenciais é porque elas vão diminuir esse problema da crise sanitária que estamos vivendo. Agora, a crise do SUS é mais ampla e quem que envolver outras questões e propostas.



Maria Inês: Eu vejo que sim. É o SUS que está respondendo e está atendendo a população nessa pandemia. Mais de 70% da população precisa e é usuária do SUS. Hoje em dia até mais, porque com a crise do Capital muita gente deixou de pagar plano de saúde.

A gente precisa valorizar o SUS e colocar para a população o que é necessário para que tenhamos um Sistema de Saúde efetivo, que é mais amplo que o SUS.

O que a gente defende é maior. É um projeto de Saúde apresentado e defendido nos anos 80, que chamamos de projeto de reforma sanitária, que é mais amplo que o SUS, porque envolve também a concepção de saúde alargada, com melhores condições de vida e de trabalho.

É uma concepção de saúde articulada às determinações sociais, com as outras políticas sociais.

Quando defendemos na nota essas medidas emergenciais é porque elas vão diminuir esse problema da crise sanitária que estamos vivendo. Agora, a crise do SUS é mais ampla e quem que envolver outras questões e propostas.

Uma das medidas que a frente aponta é a vacinação de todas e todos pelo SUS. Como você avalia os projetos de compra de vacinas pela iniciativa privada? O risco é enorme para a população, porque toda vez que a gente ampliou para o setor privado, e na saúde a gente tem essa experiência, o que acontece é que cada vez mais aumenta a diferença entre quem precisa do SUS e quem consegue pagar planos privados.

Toda privatização que aconteceu nesse país, e em todos os países, fez com que não se garantisse o acesso, ao contrário. O que vai acontecer é que a vacina vai ser basicamente para o setor privado, para a população de maior poder aquisitivo. Os grupos prioritários e os trabalhadores de uma forma geral não vão ter acesso. Essa experiência a gente já conhece em todas as propostas de privatização. O exemplo que a gente tem falado muito é o seguinte: os Estados Unidos nunca tiveram um sistema único de saúde, um modelo de atendimento [público e gratuito] para a população mais precarizada, e nem os EUA estão defendendo a vacinação pelo setor privado. No Brasil, parece o poder econômico não tem fim na hora que quer realmente lucrar com a morte da população. E o comportamento do governo brasileiro em relação à vacina foi muito sério. [O governo Federal] não fez nenhum esforço para conseguir ter vacina, todo o comportamento foi de adiar cada vez mais a compra da vacina e só não conseguiu adiar mais porque tivemos a iniciativa tanto do Butantan quando da Fiocruz para a produção. Senão, nós não teríamos conseguido nem o pouco que a gente tem hoje.



Foto: Reprodução

Maria Inês Bravo é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e integrante da FNCPS

Há 40 anos escrevendo uma história de luta

O ANDES Sindicato Nacional se faz presente em todos os contextos e em todas as conjunturas como um grande instrumento de lutas. O ANDES-SN se mantém firme na sua concepção de um Sindicato autônomo, independente de patrões, de governos, de administrações das Universidades. Isso faz do ANDES-SN representante da sua categoria e também um instrumento de luta para a classe trabalhadora no Brasil.

Comemorar 40 anos é resgatar a história e ter a certeza de que o ANDES-SN é um sindicato representativo e que não renuncia à luta. Para esta edição do INFORMANDES, a equipe de comunicação do Sindicato Nacional conversou com ex-presidentes e ex-presidentas, que contam um pouco de como a história do ANDES-SN se confunde com a história de cada um deles e delas. Confira.

2012-2014

Marinalva Silva Oliveira



“Uso as reflexões de dois grandes revolucionários para sintetizar o que aprendi no ANDES. Che Guevara nos ensina que “o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de generosidade”. Rosa Luxemburgo enfatiza a necessidade de construirmos “um mundo onde a justiça não seja sacrificada em nome da liberdade, nem a liberdade, sacrificada em nome da justiça”. O ANDES tem sua trajetória norteadora pelos princípios fundamentais de autonomia e democracia. Para mim, isso também expressa nossa generosidade de classe, ao mesmo tempo que evidencia nossa disposição para destruir toda forma de exploração e opressão”

2018-2020

Antonio Gonçalves Filho



“O ANDES-SN é uma importante ferramenta de luta da categoria docente e do conjunto da classe trabalhadora, criado a partir das lutas nos locais de trabalho, nas associações docentes. Constituiu-se como um espaço de construção pela base e esse método tem contribuído para sua autonomia e independência na luta de classes”

2008-2010

Ciro Teixeira Correia



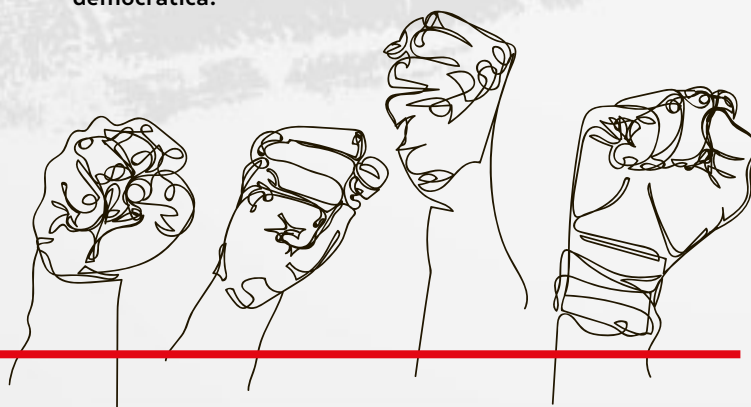
“A história do ANDES-SN é uma referência de autonomia e independência sindical, sempre ameaçada por governos e setores conservadores da categoria. Foi nessa concepção que logrou vitórias no avanço da democracia interna nas instituições de ensino superior e na construção de um projeto de ensino superior público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado, eixo principal de suas propostas e lutas. Da nossa parte, sempre defenderemos que o ANDES resista em não conceder a essas ameaças e permaneça a referência que é de uma entidade classista, combativa e democrática!”

40 anos

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS





Foi com profundo pesar que o ANDES-SN recebeu, no dia 04 de abril de 2021, a notícia da partida do Marcos Goulart de Souza. Marquinho, como era carinhosamente chamado pelas e pelos colegas de trabalho no Sindicato Nacional, foi mais uma vítima da Covid-19 e da política genocida do governo Bolsonaro.

Marcos era analista de sistemas do ANDES-SN, além de trabalhar também no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e ainda, ajudar muita gente com os “problemas de internet e computador”. Um homem negro, jovem, de 40 anos, que veio “da periferia para o mundo” e fará imensa falta para sua família, sua companheira Pamela, com quem dividia a vida desde a adolescência, para todas amigas e todos os amigos, e também ao Sindicato Nacional, onde era essencial para o funcionamento da entidade.

Marcos começou a trabalhar no Sindicato Nacional em 01 de setembro de 2006. Nos quase 15 anos de atuação na entidade, sempre apoiou nas várias atividades internas e externas do ANDES-SN. Realizou diversos cursos para aprimorar suas habilidades e conhecimentos e atender às demandas impostas pelas rápidas e constantes mudanças nas tecnologias de informação, computação e comunicação. Dos trabalhos mais recentes, destacamos dois que promoveram mudanças significativas para a entidade: a ferramenta criada para organizar e sistematizar os trabalhos dos grupos mistos nos eventos deliberativos do ANDES-SN e o sistema de credenciamento virtual, fundamental para os Conads Extraordinários realizados desde o início da pandemia.

Em uma postagem nas suas redes sociais, em 7 de dezembro de 2020, Marcos afirmou: “Não importa a quantidade de caos ao meu redor, a própria paz decidi morar dentro de mim. Resistir no dia mau e experimentar o que era impossível. Da periferia para o mundo.” O texto diz muito sobre sua personalidade: um homem sereno, positivo, focado e lutador. A hashtag que ele usava em suas redes #viajarcomermilhar também mostrava seu lado sonhador, batalhador e curioso, de quem adorava conhecer de novos destinos, degustar outros sabores, manter-se sempre ativo para poder aproveitar ao máximo as experiências vividas.

A perda de um de nós, especialmente de um rapaz engajado nas lutas políticas e sociais por uma sociedade mais justa e igualitária, com muitas aventuras e desafios ainda por viver, é mais um duro golpe em um período desafiador.

Que sua dolorida ausência seja, aos poucos e com o devido tempo, preenchida pelas boas lembranças que Marcos deixou em todas e todos que com ele conviveram. E que nós continuemos lutando incansavelmente por um plano de vacinação efetivo para todas e todos.

Marcos Goulart, presente!

★ **11/07/1980**

† **04/04/2021**